



A REALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS PARA FINS DE INOVAÇÃO: IMPACTOS PARA A UNIVERSIDADE SEGUNDO O PONTO DE VISTA DOS DOCENTES

THE IMPLEMENTATION OF CONVENANTS FOR PURPOSES OF INNOVATION: IMPACTS FOR THE UNIVERSITY ACCORDING TO THE TEACHERS VIEWPOINT

Claudia Naomi Sakashita¹

André Sica de Campos²

Ana Maria Nunes Gimenez³

Resumo: O objetivo do trabalho é apresentar os resultados parciais de pesquisa de doutorado que investigou o envolvimento de docentes de duas unidades de ensino e pesquisa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com convênios/parcerias com atores externos (empresas e outras organizações). Buscou-se compreender os impactos, positivos e negativos dessa relação para as atividades de ensino e pesquisa, a partir do ponto de vista da comunidade acadêmica, no caso, os docentes da Faculdade de Educação (FE) e da Faculdade de Engenharia Elétrica e Computação (FEEC). Trata-se pesquisa exploratória e qualitativa, ancorada em revisão de literatura e em entrevistas semiestruturadas. Os resultados permitem concluir que, embora que este seja um tema que suscite muitas controvérsias, em termos gerais, os docentes percebem que as parcerias, via convênios, podem agregar valores positivos para a Universidade, contribuindo para a circulação e o intercâmbio de recursos humanos, colocando novos desafios e temas para serem investigados, entre outros. Entre os aspectos negativos apontados estão a sobrecarga de trabalho e a ausência em sala de aula.

Palavras-chave: Interação. Universidade. Sociedade. Impactos. Missões.

Abstract: The objective of this study is to present partial results of doctoral research that investigated the involvement of teachers from two teaching and research units of the University of Campinas (Unicamp) with agreements/partnerships with external actors (companies and other organizations). It was sought to understand the positive and negative impacts of this relationship for teaching and research activities, from the point of view of the academic community, in this case, the Faculty of Education (FE) and Faculty of Electrical Engineering and Computing (FEEC). This is exploratory and qualitative research anchored in bibliographical research and semi-structured interviews. The results allow us to conclude that although this is a controversial subject, in general terms, teachers perceive that partnerships, through agreements, can add positive values to the University, contributing to the circulation and exchange of human resources, placing new challenges and themes to be investigated, among others. Among the negative aspects pointed out are the work overload and absence in the classroom.

Keywords: Interaction. University. Society. Impacts. Missions.

¹ Doutora em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (FE/UNICAMP). E-mail: claumagi@gmail.com

² Doutor em Políticas de Ciência e Tecnologia pela University of Sussex, (Reino Unido). Professor Doutor (MS-3.2) de Políticas Públicas na Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP. E-mail: andre.campos@fca.unicamp.br

³ Doutora em Política Científica e Tecnológica. Pós-doutoranda na Universidade Estadual de Campinas (DPCT/IG/UNICAMP). Bolsista CAPES/BRASIL pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED). E-mail: anamarianunesgimenez@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1990 uma crescente interação entre a universidade e a sociedade vem ocorrendo. Muitos são os motivos dessas parcerias: busca por fontes de recursos financeiros, desenvolvimento tecnológico, inovação, reconhecimento social da pesquisa (SAKASHITA, 2016). Para Gimenez (2017), estes relacionamentos integram aquilo que estudiosos têm nomeado de terceira missão, que representa o conjunto de interações entre o ensino superior e a sociedade para além das missões ensino e pesquisa, mas em função destas, e também, das capacidades físicas (estrutura instalada) e de conhecimento que as IES dispõem.

Em vista dessas evidências, este trabalho apresenta os resultados parciais de pesquisa de Doutorado⁴ que buscou compreender como docentes de duas unidades de ensino e pesquisa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) se posicionam frente à realização de convênios entre a Unicamp e entidades externas, via intervenção administrativa da Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp). Entende-se por convênio: “acordo firmado por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes”, conforme dispõe a Instrução nº 05/2001, da Diretoria Geral Acadêmica da Unicamp (DGA) (UNICAMP 2001).

As unidades de ensino e pesquisa selecionadas foram: a Faculdade de Educação (FE) e Faculdade de Engenharia Elétrica e Computação (FEEC) e as perguntas que nortearam a pesquisa foram as seguintes: 1) *qual é a prática dos docentes em relação aos “convênios”?*; 2) *qual impacto dos convênios para os departamentos, docentes e, por fim, para os alunos?*; 3) *como e em que medida essa interação pode favorecer ou desfavorecer as funções de ensino e pesquisa, na opinião dos docentes?* A fim de respondê-las, tomou-se como estratégia de pesquisa uma abordagem aprofundada do caso, com a comparação entre as subunidades de análise, ciente de que se trata de casos distintos em suas finalidades, área de conhecimento, etc.

Nossa hipótese é a de que, a Faculdade de Educação, por se tratar de área de

⁴ O artigo mescla a apresentação dos dados empíricos que integram a tese de Doutorado defendida em 2016, na Faculdade de Educação da Unicamp, com novas reflexões e novo arcabouço conceitual, fruto de um amadurecimento da compreensão do fenômeno investigado.



humanidades, possui docentes predominantemente mais resistentes às parcerias, e isso pode estar relacionado com a compreensão que estes docentes têm a respeito das suas funções, bem como das missões do ensino superior. Por outro lado, a Faculdade de Engenharia Elétrica e Computação, por se tratar de área tecnológica, cujas pesquisas podem assumir um caráter mais aplicado, possui um ambiente mais favorável ao estabelecimento de agendas de pesquisas mais próximas de demandas práticas da sociedade.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, empírica, com amostragem não estatística (Flick, 2009), realizada a partir das seguintes etapas: (i) pesquisa bibliográfica para delimitação do arcabouço teórico relacionado com as missões da universidade e com as interações que esta realiza com o meio externo; (ii) entrevistas semiestruturadas com docentes; (iii) consolidação e análise dos resultados das entrevistas por meio do software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS); (iv) análise crítica dos resultados à luz dos referenciais teóricos abordados.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está composto por outras três seções: na segunda seção é apresentada a fundamentação teórico-conceitual do trabalho, por meio da qual buscou-se apresentar visões e perspectivas diferenciadas (e até mesmo opostas) acerca da temática trabalhada, qual seja, a relação universidade-sociedade. Na terceira seção discorre-se sobre os procedimentos metodológicos adotados, especialmente a caracterização do universo da pesquisa e da população investigada. Finalmente, a quarta seção apresenta os dados empíricos e a discussão dos resultados.

2 UNIVERSIDADE E SOCIEDADE: EVOLUÇÃO DAS MISSÕES E DA COMPREENSÃO ACERCA DA RELEVÂNCIA DAS INTERAÇÕES

A universidade surgiu na Idade Média, a partir do século XI, como uma corporação (*universitas*) voltada ao ensino dos textos clássicos (e/ou das escrituras). O corpo de normas que deu origem ao ensino e à aprendizagem tornou-se o modelo para todas as universidades subsequentes, sendo que algumas das prerrogativas originais evoluíram e, ao longo dos séculos, se tornaram nos princípios que sustentam a autonomia e a liberdade acadêmicas (HASKINS, 2007). No entanto, segundo Durkheim (1995), a universidade isolou-se e perdeu o contato com o meio social, pois nem os currículos, nem os métodos de ensino incorporaram as novas ideias que se difundiam pela sociedade. “Um grande movimento científico nascerá no século XVI, desenvolver-se-á nos séculos XVII e XVIII, sem ter eco nenhum na Universidade até o início do século XIX (DURKHEIM, 1995, p. 157-158). Para Kerr (2005, p.



21), no final do século XVIII as universidades eram oligarquias rígidas, insensíveis “ao espírito da Renascença e antagônicas à nova ciência [...]”. Eram como “castelos sem janelas, profundamente voltadas para dentro de si mesmas”.

A ideia de indissociabilidade do ensino e da pesquisa para promover o desenvolvimento máximo da ciência representa uma nova visão do papel da universidade e fruto do seu próprio processo evolutivo (GIMENEZ; BONACELLI, 2013). Essa nova visão “teve a sua configuração definida com a fundação da Universidade de Berlim por Humboldt, em 1810” (SAVIANI, 2009, p. 1).

Dado que a ciência passa por contínuas redefinições de fronteiras e infundáveis transposição das mesmas, surgiram novas visões que colocaram a universidade no centro dos debates sobre crescimento e desenvolvimento econômico, partindo-se do pressuposto de que estas instituições poderiam contribuir de forma mais direta à sociedade, prestando serviços, atendendo a demandas e problemas específicos do setor produtivo, fomentando o empreendedorismo e a inovação, promovendo a transferência de tecnologia.

2.1 O envolvimento mais intenso com demandas da sociedade

Na Inglaterra, as primeiras “Universidades Cívicas” foram criadas ao longo do século XIX, nas principais cidades industriais inglesas, como Manchester (1824), Sheffield (1828), Bristol (1876) e Liverpool (1881), entre outras. Estas universidades surgiram para atender a demandas específicas da Revolução Industrial, tais como, formação de engenheiros, solução de problemas da indústria, entre outros. Demandas que não estavam nas pautas das duas mais antigas, elitistas e tradicionais universidades inglesas, Oxford e Cambridge. Também no século XIX, mas nos Estados Unidos, surgiu a “Universidade de Serviços”, com a criação dos *Land Grant Colleges* (Instituições de Concessão de Terras) a partir da edição de duas leis federais, os *Morril Acts* (1862 e 1890), para financiar o desenvolvimento de instituições de ensino superior voltadas às ciências mecânicas e técnicas, à agricultura, sem excluir outros campos do saber. Partia-se da convicção de que a instrução superior, a pesquisa e os serviços, deveriam contribuir para o progresso da nação. Inicialmente, os serviços prestados eram de extensão rural, ganhando formatos diversificados no decorrer dos anos (GIMENEZ; BONACELLI, 2018).

No decorrer do XX, ampliou-se a compreensão acerca das potenciais contribuições das universidades à sociedade, tanto em termos de geração e aumento dos estoques de



conhecimento, capital humano, tecnologias e outros recursos intelectuais, e isso acarretou o efetivo envolvimento de docentes e pesquisadores com atividades empreendedoras e inovadoras, tendo como modelo o caso dos Estados Unidos. Neste âmbito de discussões é que surgiu a abordagem ou o modelo da Hélice Tripla, um modelo de arranjo institucional da inovação, por meio do qual universidade-empresa-governo constroem arranjos que convergem para atendimento de metas comuns. Pretende-se que as interações sejam dinâmicas e que cada ente assuma diferentes papéis, sinergicamente, de acordo com as diferentes necessidades, a partir da hibridização da sua natureza (organizações híbridas), ou seja, a empresa realizando pesquisa, a universidade empreendendo, o governo investindo, fomentando as interações etc. (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000).

Ocorre que esses envolvimento têm gerado muita discussão e pontos de vista conflitantes no seio da academia. Para Florida (1999), a pressão por comercialização de produtos pode alavancar a pesquisa utilitarista em detrimento da pesquisa de base e equiparar a universidade à lógica do mercado competitivo. Slaughter e Leslie (1997), por seu turno, explicam que a diminuição do aporte financeiro estatal gerou vulnerabilidades na academia, que passou a se relacionar com o Mercado por meio de programas de apoio à transferência de tecnologia, gerenciamento da propriedade intelectual e desenvolvimento de produtos e serviços – sendo que muitas dessas atividades são realizadas com aporte de recursos públicos. O que se teme é que esse novo mecanismo de financiamento esteja levando a um “capitalismo acadêmico”, com mudanças no modo de funcionar e mudando valores, o *Ethos* acadêmico como cooperação, solidariedade, universalização do saber, etc.

Maassen (2014), entretanto, afirma que o relacionamento do ensino superior com a sociedade tem passado por importantes transformações, especialmente a partir do momento em que deixou de ser uma escola profissional e se transformou em uma universidade intensiva em pesquisa. Segundo Hessels, Van Lente e Smits (2009), a ciência acadêmica não é um empreendimento isolado e, muito embora as suas práticas tenham mudado ao longo dos séculos, sempre dependeu do apoio da sociedade. Portanto, especialmente devido à escassez dos recursos, cada vez mais os investimentos públicos somente são considerados legítimos devido às grandes promessas da ciência moderna, em termos de competitividade econômica, enriquecimento cultural e progresso social.



3 A REALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS: RESULTADOS E DISCUSSÃO

As parcerias entre Unicamp e o meio externo se dão via “convênios”. Convênios são acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum. As interações via convênios podem ocorrer dos seguintes modos: (i) cooperação científica - troca de conhecimento, tecnologia, experiência; (ii) prestação de serviços - validação de tecnologia, consultoria, cursos; (iii) desenvolvimento de tecnologia - solução para um problema prático -, ou pesquisa (investigação empírica), com ou sem o envolvimento de valores financeiros. Em regra, os convênios são estabelecidos por intermédio de um contrato formal que estabelece os direitos e deveres das partes envolvidas, estritamente dentro dos critérios legais vigentes (normas internas da universidade, normas que regem os contratos da Administração Pública etc.). Elege-se um coordenador responsável pela execução (docente) para a organização burocrática e a prestação de contas, sendo que todo o trâmite administrativo e mediação ficam sob responsabilidade da Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp).

Para investigar quais seriam os efeitos dessa relação para as funções de ensino e pesquisa, realizamos entrevistas semiestruturadas com 22 professores, sendo que 12 são da Faculdade de Educação (FE) e 10 são da Faculdade de Engenharia Elétrica e Computação (FEEC)⁵. As faculdades selecionadas foram escolhidas por serem bastante diferentes: áreas do conhecimento distintas - uma da área das humanidades, a outra das ciências exatas/tecnológicas; uma demandada por cursos de qualificação de professores da rede básica de ensino público (na sua maioria), a outra com forte ênfase nas interações tecnológicas. Trata-se de uma amostragem não estatística em que as decisões relativas à seleção e à reunião de material empírico são tomadas no processo de coleta e de interpretação dos dados (FLICK, 2009). Para tanto, foi utilizado o software *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM – SPSS_Statistics_22_Win32), que permite a realização de análises quantitativas e qualitativas. A fim de enquadrar as respostas obtidas num esquema avaliativo, conforme a escala Likert (ZAMPIERI, et. al. 2010), cuja variação é de 1 a 4: sendo 1 - “discordo totalmente”, 2 - “discordo parcialmente”, 3 - “indiferente”, 4 - “concordo parcialmente”, 5 - “concordo totalmente”.

⁵ Foram preservados os direitos à confidencialidade e identidade de todos os entrevistados.



Para ser entrevistado, bastava que o docente tivesse uma opinião formada a respeito da temática investigada, independentemente de ter participado ou não de convênios. O levantamento dos dados empíricos, especialmente, a partir das entrevistas, objetivava identificar os seguintes tópicos: (i) prática dos docentes – se já haviam participado ou não de convênios (quantidade de convênios executados e duração em meses, tipo, etc.); (ii) pontos de vista acerca dos benefícios e das desvantagens das interações para o ensino e a pesquisa. Foram entrevistados 12 docentes da FE (8 homens e 4 mulheres) e 10 docentes da FEEC (todos homens). A Tabela 1 apresenta os departamentos aos quais os docentes estão vinculados.

Tabela 1 – Quantidade de entrevistados da FEEC e FE

Departamentos FEEC	Entrevistados
DECOM – Dep. Eng. Comunicações	02
DCA – Dep. Computação e Automação Industrial	01
DSIF – Dep. Semicondutores, Instr. Fotônica	03
DSE – Dep. Sistemas e Energia	03
DEB – Dep. Engenharia Biomédica	01
Departamentos FE	Entrevistados
DECISE – Dep. Ciências Sociais na Educação	03
DEPRAC – Dep. Ensino e Práticas Educacionais	04
DEPASE – Dep. Pol., Adm. e Sist. Educacionais	02
DEFHE – Dep. Filosofia e História da Educação	02
DELART- Dep. Ed., Conh., Linguagem e Arte	01

Todos os docentes atuam em regime de dedicação exclusiva e a média total do tempo de atuação na Unicamp foi de 19 anos para a FEEC e de 21 anos para a FE.

4 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

4.1 Docentes envolvidos ou que já se envolveram com convênios

Na FE 100% dos docentes já participaram de convênios. Na FEEC, por outro lado, o percentual de docentes que já se envolveram com convênios foi de 60%. No que diz respeito ao tipo de atividade que motivou os convênios, na FE prevaleceram os cursos de extensão, enquanto na FEEC, preponderou a pesquisa aplicada, como já era esperado.

4.2 Relação da Unicamp com a Sociedade: benefícios (vantagens)

Esta seção apresenta os principais benefícios advindos da relação Unicamp-Sociedade, que foram divididos em três subgrupos: 1) circulação e intercâmbio e recursos humanos (RH); 2) aprimoramento científico; e 3) contribuições para a pesquisa.

4.2.1 Circulação e intercâmbio de Recursos Humanos

Segundo a maioria dos entrevistados, a Unicamp é a grande beneficiada com o intercâmbio e a circulação de recursos humanos, especialmente, no que diz respeito aos alunos da pós-graduação (Tabela 2).

Tabela 2 – Circulação e Intercâmbio de Recursos Humanos: avaliação - média da relevância dos benefícios

Relevância dos benefícios		
1º	Da Unicamp para o usuário	3,73
2º	Estudante de Doutorado	3,73
3º	Estudante de Mestrado	3,36
4º	Rede informal de relacionamento	3,36
5º	Estudante de Pós-Doutorado	3,00
6º	Do usuário para Unicamp	2,68
7º	Estudante de Graduação	2,64
8º	Atração de alunos mais qualificados e com maior potencial	2,64

Tratando-se da relação Usuário-Unicamp, a média de relevância dos benefícios em favor do Usuário foi de 2.68.

4.2.2 Aprimoramento científico

A Tabela 3, a seguir, apresenta todos os resultados obtidos neste subgrupo.

Tabela 3 – Aprimoramentos: avaliação - média da relevância dos benefícios

Relevância dos benefícios em aprimoramentos		
1º	Acesso a novos dados de pesquisa	3,64
2º	Novos temas de pesquisa	3,55
3º	Acesso a novos resultados de pesquisa	3,45
4º	Acesso a novo conhecimento	3,36
5º	Acesso a novas técnicas	3,05
6º	Acesso a novos métodos de pesquisa	3,00
7º	Acesso a novos instrumentos de pesquisa	3,00

Conforme o entendimento de 90% dos entrevistados, a descoberta de novos temas de



pesquisa e de novas fontes de dados são os principais benefícios às suas atividades de pesquisa. Tais benefícios justificariam as parcerias entre a universidade e a sociedade, uma vez que, cada vez mais a universidade tem sido cobrada a oferecer outras contribuições para além do ensino e da pesquisa, sendo que tecnologia e inovação estão entre essas contribuições. Dessa forma, conclui-se que, na visão dos entrevistados, os convênios têm grande potencial para alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico.

4.2.3 Rotinas de pesquisa

Com base no ranking das médias deste subgrupo (Tabela 4), tem-se, novamente, que o maior beneficiado da relação universidade-sociedade é a própria universidade. Isso porque os entrevistados consideraram a efetivação de convênios mais relevantes para a promoção de publicações em coautoria, ou seja, os maiores beneficiados são os acadêmicos.

Tabela 4 – Rotinas de pesquisa: média da relevância dos benefícios

Relevância dos benefícios em rotinas de pesquisa		
1º	Publicações e copublicações	3,18
2º	Pesquisa colaborativa	3,00
3º	Prestígio e status para o docente	2,70
4º	Liberdade e autonomia do tema de pesquisa	2,41
4º	Desburocratização e rapidez administrativa	2,41
5º	Criação de spin-off	1,45
6º	Patenteamento e copatenteamentos	1,32
7º	Licenciamento	1,09

Os resultados permitem concluir que mecanismos de empreendedorismo acadêmico (Etzkowitz, Leydesdorff, 2000) não são praticamente percebidos, contrariando um discurso corrente (que ganha corpo na academia) e que sustenta que os fins da universidade, principalmente na área de tecnologia, devem estar voltados à produção de tecnologia, inovação e a aplicação do conhecimento.

O item “prestígio e status para o docente”, que recebeu nota média de 2,70, demonstrou ser bastante polêmico. Mesmo na FE, onde os fins últimos, em regra, é a formação de estudantes, o oferecimento de cursos de extensão, por exemplo, não é um consenso. Para alguns docentes existe uma grande relevância social na prestação de serviços à comunidade. Outros, por sua vez, creem que esses envolvimento podem ser nocivos à imagem do docente, na medida que o mesmo prioriza atividade do convênio, em detrimento do ensino e



pesquisa. Em termos gerais, os docentes consideram que “status e prestígio” estariam mais ligados ao âmbito privado/pessoal, sem grande relevância em termos coletivos. No entanto, há posições conflituosas a esse respeito. Para alguns docentes da FEEC, por exemplo, os convênios são bem vistos porque angariam verbas e promovem geração de conhecimento; outros docentes, no entanto, acreditam que os colegas que se envolvem com convênios são tidos como “mercenários”, sendo malvistas pelos seus pares.

4.2.4 Questões abertas: contribuições das parcerias/convênios para o ensino e a pesquisa

Ensino

FE: os convênios/parcerias podem promover reflexão teórica devido a novos problemas e questões trazidas para academia; possibilitam a contextualização do ensino e aproximação com a realidade; validação das teorias; intercâmbio com outros pesquisadores; atualização das pesquisas e disciplinas; retroalimentação entre teoria e prática.

FEEC: os convênios/parcerias podem promover ricos debates; possibilitam a atualização das disciplinas e de recursos; motivação especial às aulas; promovem melhorias qualitativas no ensino; contribui na preparação do estudante para mercado de trabalho; aprofundamento da teoria; ajuda a ilustrar conceitos em sala de aula; retroalimentação positiva entre teoria e prática.

Pesquisa

FE: a “realidade” é fonte de dados para pesquisa; promove a conexão entre teoria e prática; transformação em projeto temático; Abertura de novas áreas de conhecimento; alavanca a pesquisa por meio de publicações; redirecionamento de áreas de pesquisa; acesso a novos objetos e perguntas.

FEEC: atração de novos alunos; novos temas de pesquisas; geração de novas tecnologias; permite a melhoria das experiências e expertises do pesquisador; mudanças, aprofundamento e ampliação de áreas de pesquisa; influencia na composição de novos departamentos; provoca saída da “zona de conforto”, desafios; acesso à prática.

4.3 Desvantagens relacionadas com a prática de convênios

A principal desvantagem da relação entre universidade e sociedade, na opinião dos docentes (Tabela 5), é a criação de estrutura paralela à existente na universidade, com 2,5 pontos. A segunda colocada do ranking é a competição (entre professores) por recursos financeiros. De qualquer forma, a maior desvantagem (2,5) está bem abaixo das maiores vantagens, sendo que muitas delas acima de 3 pontos na escala Likert de valores.

Tabela 5– Avaliação média das desvantagens

Relevância média das desvantagens		
1º	Criação de estrutura paralela à existente na universidade	2,50
2º	Competição entre professores	1,91
3º	Preferência por atividades de pesquisa	1,86
4º	Preterimento das atividades de ensino	1,86
5º	Competição entre departamentos por recursos financeiros	1,86
6º	Conflito de interesses entre público e privado	1,86
7º	Utilização do espaço público para outros fins	1,77
8º	Desvio dos fins da universidade	1,68
9º	Conhecimento orientado para fins privados	1,50
10º	Perda da autonomia do conhecimento	1,41
11º	Valorização da pesquisa "aplicada"	1,18
12º	Desvalorização da pesquisa "pura"	1,09

Podemos assim concluir que, quando somadas as médias das vantagens e das desvantagens, foram as vantagens que preponderaram, pois atingiram média mais elevada.

4.3.1 Questões abertas: desvantagens das parcerias/convênios para o ensino e a pesquisa

Ensino

Quanto às desvantagens observadas pelos docentes para a função de ensino, 33% dos entrevistados da FE acreditam que a desvantagem mais importante seja a dificuldade de conciliar a dedicação às atividades acadêmicas e com os convênios; em outras palavras, os contratos externos foram considerados como possíveis “ladrões” do tempo e da atenção dos docentes. Apenas 8% crê que os convênios provoquem alterações nos papéis do docente: que eles se tornam “consultores” e passam a trabalhar para empresa com quem o contrato foi realizado. Outros 8% afirmaram que o interesse econômico ultrapassa o interesse acadêmico. Cinquenta por cento (50%) dos entrevistados não responderam à questão.

Para 70% dos docentes da FEEC não existem problemas, pois entendem que os



docentes da faculdade têm plena consciência das suas obrigações. Sendo assim, esses docentes veem os convênios como agregadores positivos para a missão ensino. Por outro lado, 20% dos entrevistados acreditam haver perda da qualidade de ensino, na medida em que o professor prioriza as atividades de convênios e/ou reduz exigências e dificuldades do conteúdo de aula, aplicando provas mais fáceis, substituindo provas por trabalhos, etc. Outros 10% denunciaram o uso “irregular” do laboratório.

Pesquisa

FE: conflito (ideológicos e políticos) entre professores; problemas de relacionamento entre docentes; transformação do docente em consultor; prioridade para atividades do convênio; geração de serviços em detrimento de pesquisa de impacto; demanda de tempo do docente.

FEEC: “roubo” de tempo do professor; geração de ciência de baixo impacto; conflito de interesses entre relevância científica e serviços; o docente pode virar funcionário da empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, conclui-se que os docentes percebem que as parcerias, via convênios, agregam valores positivos para a Universidade (benefícios internos), pois, conforme a opinião da maioria dos entrevistados, a “circulação e o intercâmbio de recursos humanos” ampliam as experiências de alunos e docentes, podendo promover círculos virtuosos de interações. Os benefícios gerados para os parceiros externos, usuários/contratantes, ficou em segundo lugar, o que permite concluir que as interações têm sido consideradas, sob o ponto de vista da comunidade acadêmica, muito mais vantajosas para a Universidade, do que para a sociedade.

Além disso, o ganho interno também se reflete na possibilidade de identificação de “novos dados e temas de pesquisa”. Assim sendo, entende-se que quando docentes e estudantes interagem com o meio externo, novas visões e perspectivas, novas fontes de dados, entre outros, passam a estar disponíveis. Além disso, cria-se também a possibilidade de compartilhamento, difusão e geração de novos conhecimentos, especialmente a partir das publicações em coautoria.

Partiu-se do pressuposto de que os docentes da FEEC estariam mais predispostos à realização de convênios devido ao caráter mais aplicado que as suas agendas de pesquisa



podem assumir. No entanto, constatou-se que, embora as áreas tecnológicas possam realmente ensejar mais oportunidades para pesquisas aplicadas, os docentes entrevistados afirmaram que a realização de convênios só faz sentido se estes agregarem valor aos seus campos de pesquisa, possibilitando avanço do conhecimento, entre outros ganhos.

Contrariando a hipótese sobre a resistência à prática de convênios, docentes da FE, mostraram-se favoráveis, com 100% na adesão dos mesmos (enquanto a FEEC teve 60%), ainda que colocassem as ressalvas sobre falta de tempo, conflitos ideológicos, etc.

Os resultados permitem concluir que as interações entre a universidade e a sociedade é um assunto controverso e que divide opiniões, sendo que ainda há muito a ser explorado para uma compreensão mais ampla desse fenômeno e dos seus impactos nas atividades de ensino e pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos avaliadores pelos comentários relevantes, que possibilitaram o aperfeiçoamento do trabalho.

REFERÊNCIAS

DURKHEIM, E. **A Evolução Pedagógica**. Tradução de Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations. **Research policy**, 29, n. 2, p. 109-123, 2000. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(99\)00055-4](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(99)00055-4)

FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Tradução Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed. 2009.

FLORIDA, R. The role of the university: leveraging talent, not technology. **Issues in Science and Technology**, v. 15, n. 4, Summer 1999. Disponível em: <https://issues.org/florida-3/> Acesso em: 15 ago. 2018.

GIMENEZ, A., M., N.; BONACELLI, M. B. M. A universidade e os processos de geração, transmissão e disseminação do conhecimento: um estudo sobre os determinantes das interações com atores externos. **R. Tecnol. Soc.**, Curitiba, v. 14, n. 33, p. 31-51, jul./set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rt/article/view/6891> Acesso em: 30 ago. 2018.



_____. Repensando o Papel da Universidade no Século XXI: Demandas e Desafios. **R. Tecnol. Soc.**, ed. esp. 5. Simpósio Tecnologia e Sociedade, p. 51-61, 2013. DOI: <https://doi.org/10.3895/rts.v9n18.2623>

GIMENEZ, A. M. N. **As multifaces da relação universidade-sociedade e a construção do conceito de terceira missão**. 2017. 329 f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica. Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: [s.n.], 2017. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/324319> Acesso em: 30 ago. 2018.

HASKINS, C. H. **The Rise of Universities**. New Brunswick (USA) and London (UK): Transaction Publishers. 2007.

HESSELS, L. K.; VAN LENTE, H.; SMITS, R. In search of relevance: the changing contract between Science and society. **Science and Public Policy**, v. 36, n. 5, p. 387-401, 2009. DOI: <https://doi.org/10.3152/030234209X442034>

KERR, C. **Os usos da Universidade**. 15. ed. Brasília: UNB, 2005.

SAKASHITA, C.N. **A interação entre universidade e usuários do conhecimento e as funções de ensino e pesquisa: um estudo de caso múltiplo sobre a Unicamp**. Tese de doutorado. FE. Unicamp. Campinas. 2016. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/321557> Acesso em: 17 ago. 2018.

MAASSEN, P. **A new social contract for higher education?**. In: GOASTELLEC, G.; PICARD, F. **Higher education in societies**. SensePublishers, 2014. p. 33-50.

SAVIANI, D. O Futuro da Universidade entre o Possível e o Desejável. **Estudos Avançados**, Campinas, set. 2009, p. 1-9. http://www.gr.unicamp.br/ceav/revista/content/pdf/O_futuro_da_universidade_Dermeval_Saviani.pdf Acesso em: 17 ago. 2018.

SLAUGHTER, S.; LESLIE L. **Academic capitalismo: politics, policies, the entrepreneurial university**. The Johns Hopkins University Press. Baltimore. 1997

UNICAMP. 2001. **Instrução nº 05, Diretoria Geral Acadêmica. Definição de Convênio**. Disponível em: https://www.dga.unicamp.br/Conteudos/Legislacao/InstrucoesNormativasDGA/Instrucao_DG_A_n_005_2001.pdf Acesso em: 15 mar. 2018.

ZAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.H.; LUCIO, M. del P. **Metodología dela investigación**. McGRAW-HIL/Interamericana Editora. 5. ed. Mexico. 2010. https://www.esup.edu.pe/descargas/dep_investigacion/Metodologia%20de%20la%20investigacion%20C3%B3n%205ta%20Edici%C3%B3n.pdf Acesso em: 15 mar. 2018.